



Manual de Procedimentos Concurso para provimento de vagas de docente do IFMT



SUMÁRIO

Apresentação	3
1.Unidade gestora do Processo	3
2. Glossário	3
3. Controles e instrumentos normativos (Amparo legal: Leis, Resoluções,	
normas, portarias)	3
4 Sohre o Procedimento	7



Apresentação

Este manual de procedimentos, descreve o processo principal e os subprocessos de realização de concurso público para provimento de vagas de docente no IFMT, no planejamento do concurso, etapa inicial, realiza-se um levantamento de vagas aprovadas pelos Campi, pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e pelo Ministério da Economia.

Por ser um processo com informações sigilosas, toda a documentação só será incluída no Sistema SUAP após o encerramento dos trâmites.

1.Unidade gestora do Processo

Diretoria de Políticas de Ingresso e Seleções (DPIS)

2. Glossário

SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública

TAE: Técnico Administrativo Educacional

DPIs: Diretoria de Políticas de Ingresso e Seleções PROPESSOAS: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Banca BHI: É um procedimento complementar à autodeclaração, que consiste na percepção social de outras pessoas sobre à auto identificação étnico-racial.

3. Controles e instrumentos normativos (Amparo legal: Leis, Resoluções, normas, portarias)

- Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Tendo em vista a política social e as ações afirmativas adotadas pelo Governo Federal, haverá reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), de acordo com o art. 5º da Lei nº 8.112, e com os Decretos nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, considerando suas alterações.
- Decreto nº 9.739 de 28 de março de 2019: e suas atualizações, publicado no DOU, de 29 de março de 2019. Estabelece medidas de eficiência organizacional



para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

- Decreto 10.829, de 05 de outubro de 2021: publicado no DOU, de 05 de outubro de 2021. Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.
- Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021: publicado no DOU, de 20 de agosto de 2021. Sobre o prazo de antecedência mínima entre a publicação do edital do concurso público e a realização da primeira prova nos certames;
- Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010: e suas alterações, publicado no DOU, de 23 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
- Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 1012: Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de



dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

- Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.;
- Resolução CONSUP/IFMT nº 096 de 18 de outubro de 2017: Assegurar o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero;
- Lei Nº 13.709 de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Resolução Nº 269 do Conselho Nacional de Justiça de 21 de outubro de 2018:
 Institui regras sobre a gerência de dados pessoais de candidatos a cargos públicos, mediante concurso público, do Poder Judiciário;
- Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- Decreto Nº 9.508 de 24 de setembro de 2018: Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.;
- Lei Nº 13.872 de 17 de setembro de 2019: Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União;



- Decreto Nº 6.593 de 02 de outubro de 2008: Regulamenta o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal;
- Lei Nº 13.656 de 30 de abril de 2018: Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União;
- Decreto Nº 11.016 de 29 de março de 2022: Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- Decreto Nº 9.508 de 24 de setembro de 2018: Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.
- Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004: Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

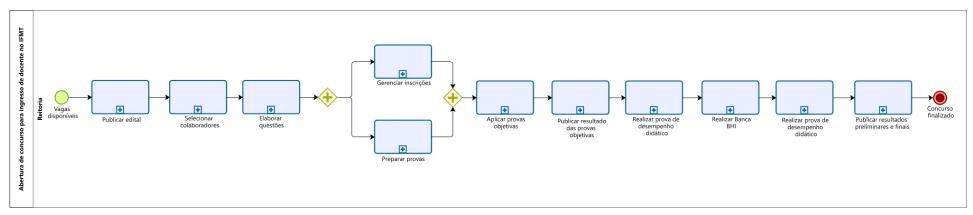


- Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art.
 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- Decreto Nº 9.739 de 28 de março de 2019: Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal -SIORG.
- Decreto Nº 9.508 de 24 de setembro de 2018: Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Lei Nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003: Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas Sinarm, define crimes e dá outras providências.
- <u>Lei Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003</u>: Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. (<u>Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022</u>)

4. Sobre o Procedimento



Processo principal: Concurso para provimento de vagas de docente do IFMT

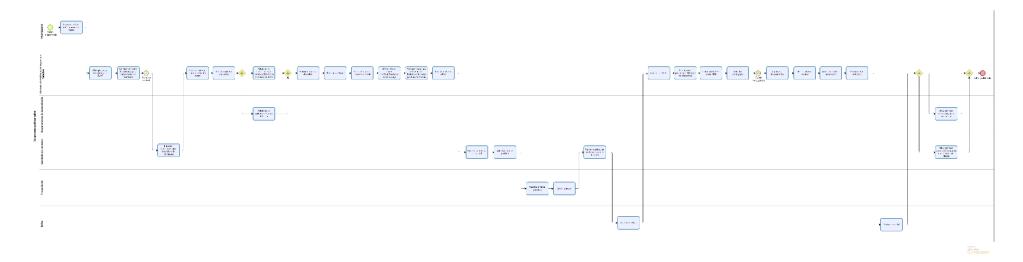




OBS. Ao clicar na imagem abrirá um link web para melhor visualização do fluxo do processo principal e seus subprocessos.

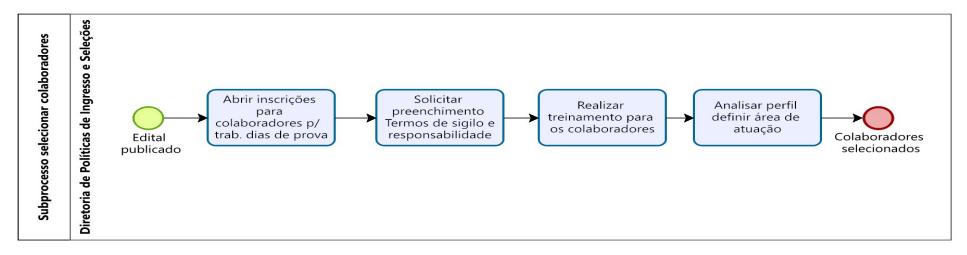


Subprocesso 1: Publicar edital





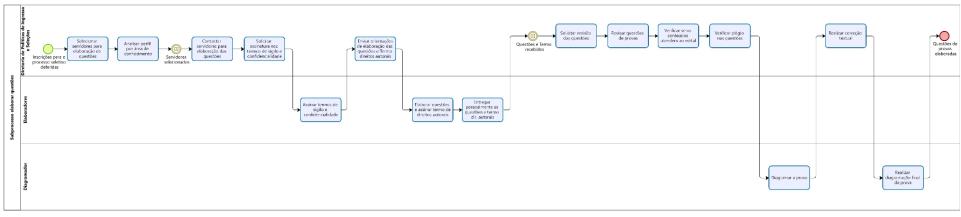
Subprocesso 2: Selecionar colaboradores







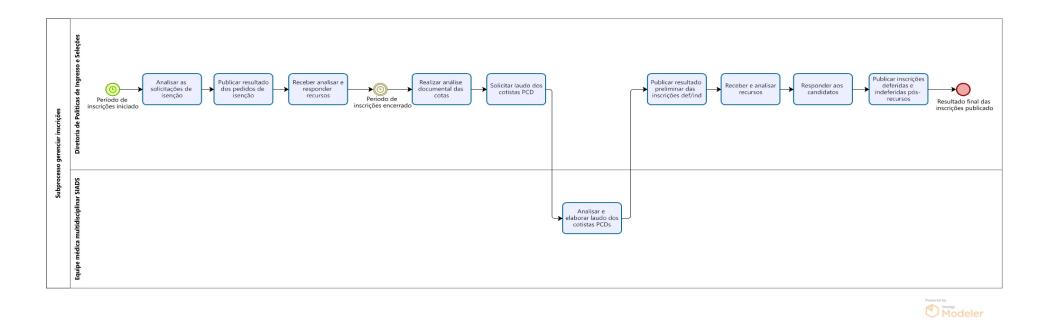
Subprocesso 3: Elaborar questões



Powered by bizogi Modeler

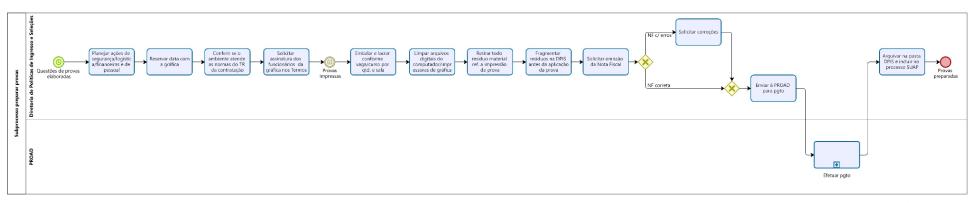


Subprocesso 4: Gerenciar inscrições





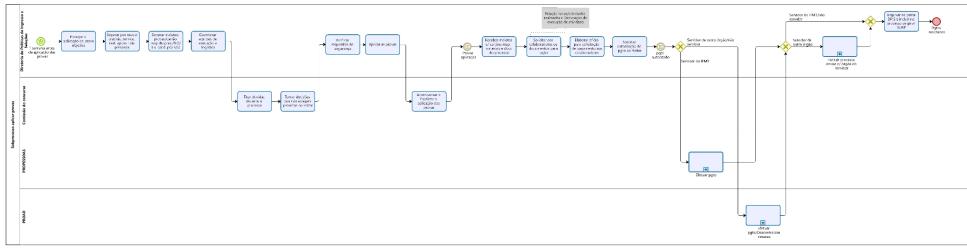
Subprocesso 5: Preparar provas



bzzogi Modeler



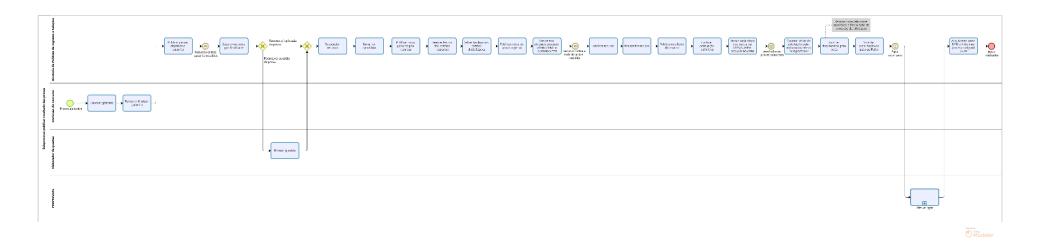
Subprocesso 6: Aplicar provas



beng Modele

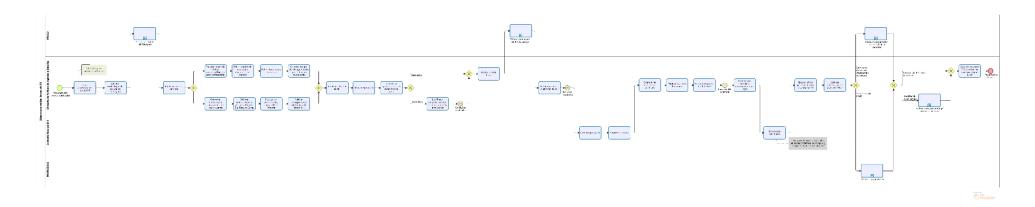


Subprocesso 7: Publicar resultado das provas



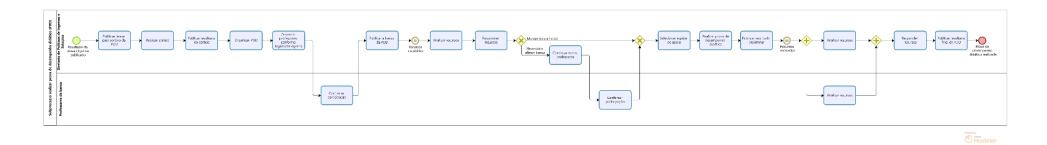


Subprocesso 8: Realizar banca BHI



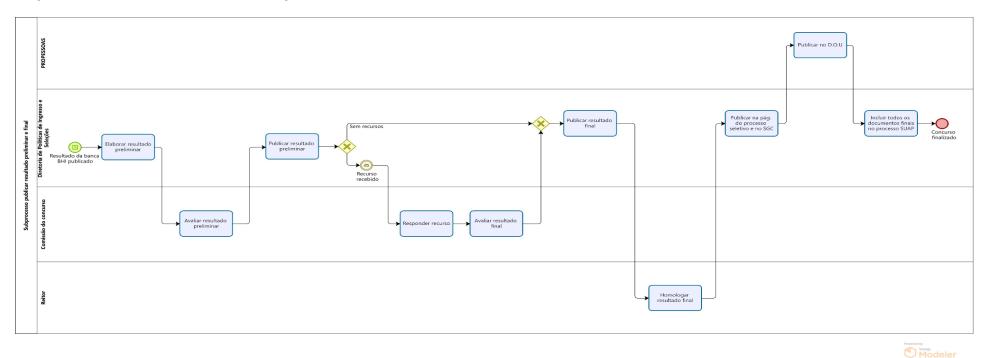


Subprocesso 9: Realizar prova de desempenho didático





Subprocesso 10: Publicar resultado preliminar e final





Lista de Verificação

Data: 03.05.2023

Revisão: 001

Item	Descrição
1.	Ofício de solicitação de Portaria para Comissão Organizadora
1.1.	Portaria da Comissão Organizadora
2.	Autorização para abertura do processo
3.	Edital de abertura / Anexos / Complementares e Retificadores
3.1.	Recursos contra os termos do Edital e respectivas respostas
4.	Requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição
4.1.	Listagem preliminar de isenções deferidas e indeferidas
4.2.	Recursos contra indeferimento da isenção da taxa de inscrição e respectivas respostas
4.3.	Listagem de isenções deferidas e indeferidas (pós-recursos)
5.	Autodeclaração racial
6.	Requerimentos de reserva de vagas para candidatos com deficiência
6.1.	Parecer da equipe médica
7.	Solicitação de correção de dados da inscrição
8.	Documentação de comprovação de jurado
9.	Listagem de inscrições deferidas e indeferidas
9.1.	Concorrência
9.2.	Atendimento especial/específico

Concurso para provimento de vagas de docente do IFMT

ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS IFMT

9.3.	Recursos contra indeferimento de inscrições e respectivas respostas
9.4.	Listagem de inscrições deferidas e locais de provas
10.	Documentos de impressão de provas
11.	Cadernos de provas
12.	Termos de entrega de malotes de provas
13.	Termos de inviolabilidade do pacote de provas
14.	Checklist dos fiscais de sala
15.	Listagem de presença por sala
16.	Boletins de ocorrências
17.	Termo de desistência do concurso
18.	Termo para realização condicional de prova
19.	Gabarito preliminar
19.1.	Recursos contra o gabarito ou questões da prova objetiva e respectivas respostas
19.2.	Resultado dos recursos contra o gabarito ou questões da prova objetiva e gabarito definitivo
20.	Pontuação por candidato na prova objetiva
20.1.	Recursos contra a pontuação obtida na prova objetiva e respectivas respostas
21.	Pontuação por candidato na prova objetiva (pós-recursos)
22.	Sorteio de temas para a prova de desempenho didático
22.1.	Temas para a prova de desempenho didático
23.	Cronograma da prova de desempenho didático

Data: 03.05.2023

Revisão: 001

Concurso para provimento de vagas de docente do IFMT

Data: 03.05.2023 Revisão: 001



24.	Documentos da prova de desempenho didático
25.	Processo de pagamento de GECC das pessoas que trabalharam na
	aplicação da prova objetiva
26.	Provas de Desempenho Didático – Pontuação por candidato
26.1.	Recursos contra resultado da Prova de Desempenho Didático e
	respectivas respostas
26.2.	Provas de Desempenho Didático – Pontuação por candidato
	(pós-recursos)
27.	Currículos dos membros da banca
28.	Cronograma para as bancas de heteroidentificação
29.	Documentos para pagamentos de GECC das pessoas que
	trabalharam na aplicação da prova de desempenho didático
30.	Documentos das bancas de heteroidentificação
31.	Resultado preliminar da banca de heteroidentificação
31.1.	Recursos contra o procedimento de heteroidentificação
31.2.	Resultado final da banca de heteroidentificação
32.	Documentos da prova de títulos
33.	Lista de presença da prova de títulos
34.	Resultado preliminar da prova de títulos
34.1.	Recursos contra a pontuação obtida na prova de títulos
34.2.	Resultado final da prova de títulos
35.	Listagem do resultado preliminar do concurso

Manual de Procedimentos: Concurso para provimento de vagas de docente do IFMT

Data: 03.05.2023 Revisão: 001



35.1.	Recursos contra o resultado preliminar e respectivas respostas
36.	Listagem do resultado final do concurso
37.	Homologação do resultado final do concurso publicado no DOU
38.	Processo de pagamento das Bancas de Heteroidentificação e Prova de Títulos
39.	Processo de pagamento de GECC para não servidores: diagramação, elaboração e revisão de provas